

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.805 - SC (2019/0180647-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **RUD GONÇALVES DOS SANTOS E SILVA**
ADVOGADOS : **RUD GONÇALVES DOS SANTOS E SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) -**
SC007307
MURILO ANTUNES PEREIRA - SC032768
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **TADEU CERBARO - RS038459**
CINTIA MOLINARI STEDILE - RS048064
ALDÉRICO KERN JÚNIOR - RS064773
MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874
ELÓI CONTINI E OUTRO(S) - SC025423A
INTERES. : **OLIVIA HERDT**
ADVOGADO : **NORMA MARIA DE SOUZA FERNANDES MARTINS - SC008890**
INTERES. : **BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA**
ADVOGADO : **JOSÉ FRIDOLINO KURTEN E OUTRO(S) - SC003077**

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por RUD GONÇALVES DOS SANTOS E SILVA contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em recurso especial.

Naquela oportunidade, concluiu-se pela incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF e 7/STJ.

Nas presentes razões, a recorrente sustenta que foi atendido o requisito do prequestionamento porque, embora tenha adotado conclusão oposta, o tribunal de origem analisou a matéria sob a ótica questionada no recurso especial.

Além disso, afirma que as questões fáticas dos autos são incontroversas, de forma que não há falar na aplicação da Súmula nº 7/STJ.

Impugnação às fls. 206/215 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Em razão da parte agravante haver demonstrado a não incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF e nº 7/STJ, reconsidera-se a decisão de fls. 189/192 (e-STJ) e passa-se a julgar o agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo interposto por contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUSCITADA A OCORRÊNCIA DE COMPENSAÇÃO DO QUANTUM NO TÍTULO JUDICIAL EXECUTADO. INCIDENTE ACOLHIDO E EXECUÇÃO EXTINTA. INSURGÊNCIA DA PARTE IMPUGNADA. ADMISSIBILIDADE. PEDIDO SUBSIDIÁRIO PARA LIMITAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO PELO RECORRIDO. PLEITO NÃO REALIZADO PERANTE O JUÍZO DE ORIGEM. MANIFESTA INOVAÇÃO RECURSAL. PONTO NÃO CONHECIDO. MÉRITO. 1) DEFENDIDA AUSÊNCIA DE COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA SENTENÇA EXEQUENDA. TESE REFUTADA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL QUE PERMITIU A APLICAÇÃO DO REFERIDO INSTITUTO. 2) ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DA VERBA PATRONAL. NÃO ACOLHIMENTO NO CASO. MATÉRIA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. EXEGESE AO ART. 467 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (ART. 502 DO CPC). RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO" (fl. 94, e-STJ).

No recurso especial, foi alegada a violação do artigo 502 do Código de Processo Civil de 2015.

A recorrente sustenta que o Tribunal de origem ofendeu a coisa julgada porque, apesar da ausência de previsão expressa na sentença exequenda, permitiu a compensação dos honorários advocatícios.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 206/215, e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No caso, o Tribunal de origem decidiu o seguinte:

"(...)

Quanto ao primeiro argumento (ausência de permissão), diferentemente do aduzido, percebe-se que a parte dispositiva do título executivo judicial (prolatado em 28-3-2000) - a qual não foi alterada no ponto pelo julgamento do apelo interposto pela casa bancária à época - expressamente indicou a ocorrência de sucumbência recíproca entre as partes, bem como permitiu a compensação do quantum patronal ao elencar o art. 21 do CPC/73 em sua redação. In verbis:

Diante da sucumbência recíproca, despesas processuais 'pro-rata' e, honorários fixados em 10% (dez por cento), para cada parte,

atendido ao disposto no §3º do art. 20 e 21 do CPC, que incidirá sobre o quantum apurado na fase de liquidação de sentença, (fl. 75 dos autos n. 010.99.00469-4).

(...)

No que diz respeito ao segundo ponto (possibilidade de aplicação do instituto), imperioso registrar que esta Câmara entende não ser viável a compensação dos honorários advocatícios, visto que pertencem aos patronos da causa, diante do trabalho realizado, e, por conseguinte possuem natureza alimentar (arts. 23 do Estatuto da OAB e 373, II, do CC).

Contudo, no caso em tela, vislumbra-se que a questão acerca do tema está acobertada pelo manto da coisa julgada (ocorrido o trânsito em julgado em 15-4-2009), sendo inviável, portanto, discuti-la no presente momento (art. 467 do CPC/73, atual art. 502 do CPC).

Assim sendo, deve ser mantida a compensação reconhecida pelo decisum objurgado.

(...)" (fls. 98/99, e-STJ).

De fato, esta Corte firmou o entendimento de que é permitida a compensação dos honorários advocatícios nas hipóteses de sucumbência recíproca, não violando a coisa julgada a sua determinação em execução ou cumprimento de sentença, ainda que omissa o título exequendo.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 306/STJ. COMPENSAÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, havendo sucumbência recíproca, os honorários advocatícios devem ser compensados. Inteligência da Súmula nº 306/STJ.

3. Se o provimento judicial transitado em julgado que serve de título executivo não nega a possibilidade de compensação da verba honorária, admite-se que tal compensação se faça em execução ou em fase de cumprimento de sentença sem que isso se traduza em ofensa à coisa julgada. Precedentes.

4. Agravo interno não provido" (AgInt nos EDcl no REsp 1575551/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/9/2018).

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. 1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO DETERMINADA POR OCASIÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA.

TÍTULO EXECUTIVO QUE NADA DISSE A RESPEITO DA COMPENSAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. 2. ARTS. 21 DO CPC E 22 E 23 DA LEI N. 8.906/1994. INTERPRETAÇÃO HARMONIZADA PELO STJ. DIREITO DO ADVOGADO AO SALDO DE HONORÁRIOS RESULTANTE DA COMPENSAÇÃO. SÚMULA N. 306/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. É firme, no Superior Tribunal de Justiça, a orientação segundo a qual 'a determinação de compensação de honorários advocatícios em sede de execução e/ou cumprimento de sentença não viola a coisa julgada, quando omissa o título exequendo' (AgRg no AREsp n. 616.109/MG, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, DJe 8/9/2015).

2. A Corte Especial, ao julgar o REsp n. 963.528/PR sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, deixou assentado o entendimento de que a Lei n. 8.906/94 assegura ao advogado a titularidade da verba honorária incluída na condenação, sendo certo que a previsão, contida no Código de Processo Civil, de compensação dos honorários na hipótese de sucumbência recíproca, não colide com o Estatuto da Advocacia.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt nos EDcl no AgRg no REsp 1.282.223/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. RENOVAÇÃO DO PEDIDO. DESNECESSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INEXISTÊNCIA DE SALDO CREDOR. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ.

(...)

3. A determinação de compensação de honorários advocatícios em sede de execução e/ou cumprimento de sentença não viola a coisa julgada, quando omissa o título exequendo.

4. (...)

5. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp 616.109/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/09/2015, DJe 8/9/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL NOS RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Há tempos a jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que se o provimento judicial transitado em julgado que serve de título executivo não nega a possibilidade de compensação da verba honorária, admite-se que tal compensação se faça em sede de execução ou fase de cumprimento de sentença, sem que isso traduza ofensa à coisa julgada.

2. Agravo regimental não provido" (AgRg no REsp 829.631/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/6/2012, DJe 25/6/2012 - grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, correto o Tribunal de origem ao entender pela possibilidade de compensação de honorários, incidindo a Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, reconsiderando a decisão de fls. 189/192 (e-STJ), conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, conforme determina o artigo 85, § 11, do CPC/2015, haja vista que estes não foram arbitrados na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator